

***TEXTO DE APOIO SOBRE O DIAGNÓSTICO EM PROCESSOS DE
INTERVENÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL¹***

Marcos Olímpio Gomes dos Santos²

Évora

10 de Agosto de 2012

¹ Texto actualizável. Versão mais recente da matriz elaborada inicialmente em 2002.

² Sociólogo. Investigador externo do Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva” (Universidade de Évora). mosantos@uevora.pt

SIGLAS

CISA-AS/UE	Centro de Investigação em Sociologia e Antropologia “Augusto da Silva”, da Universidade de Évora
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
MTS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade
SEEF	Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

RESUMO

Procura-se com este texto de apoio proporcionar alguns conhecimentos de base necessários para a elaboração dessa fase do processo de intervenção que se designa por Diagnóstico.

Procede-se à definição do conceito, explicita-se a sua função no processo de intervenção designado por Planeamento, e, enunciam-se as exigências e requisitos necessárias para a formulação de um bom Diagnóstico.

Palavras-chave: Diagnóstico; Planeamento

INDICE

Introdução.....	4
I Fundamentos, definição, importância e finalidade do diagnóstico.....	5
II Principais características do diagnóstico.....	7
III Etapas e tarefas requeridas para a realização do diagnóstico.....	8
IV Pressupostos subjacentes ao diagnóstico.....	9
V Âmbito e perspectivas de análise a considerar no diagnóstico.....	10
VI Organização do diagnóstico.....	13
VII Etapas fundamentais do diagnóstico.....	14
VIII Fases.....	15
IX Tipos de diagnóstico.....	20
X Métodos e técnicas de recolha de informação para elaboração do diagnóstico.....	23
XI Lista de informações necessárias na fase de pré-diagnóstico.....	33
XII Actores intervenientes na fase de diagnóstico.....	37
Bibliografia.....	40

INTRODUÇÃO

Face à sua importância no processo de planeamento ou de intervenção, a fase de diagnóstico justifica a disponibilização de um texto sobre este tema, que, constituído por informação de base, seja progressivamente melhorado, e proporcione a elaboração de textos complementares sobre tópicos específicos que requeiram um tratamento particularizado.

Este texto introdutório inclui os seguintes tópicos: i) Fundamentos, definição, importância e finalidade do diagnóstico; ii) Principais características do diagnóstico; iii) Etapas e tarefas requeridas para a realização do diagnóstico; iv) Pressupostos subjacentes ao diagnóstico; v) Âmbito e perspectivas de análise a considerar no diagnóstico; vi) Organização do diagnóstico; vii) Etapas fundamentais do diagnóstico; viii) Fases; ix) Tipos de diagnóstico; x) Métodos e técnicas de recolha de informação para elaboração do diagnóstico, e, xi) Actores intervenientes na fase de diagnóstico.

I - FUNDAMENTOS, DEFINIÇÃO, IMPORTÂNCIA E FINALIDADE DO DIAGNÓSTICO

Embora o início de um projecto de intervenção possa assumir diversos percursos, o mais usual consiste na identificação, caracterização e aprofundamento dos problemas, o que corresponde à fase de arranque da intervenção.

É assim de toda a conveniência que antes de intervir ao seu nível de actuação, antes de sugerir uma nova medida, uma reforma, a revisão dum objectivo, os decisores devam obter um conhecimento o mais completo possível sobre o sistema e a sua envolvente (UNESCO, 1970), ou seja têm de saber compreender o que está ocorrendo para poder agir em conformidade, o que implica que se tenha de proceder à elaboração de um diagnóstico.

O diagnóstico é um procedimento que visa recolher tratar, analisar e dar a conhecer informação pertinente, de forma a possibilitar a caracterização o mais rigorosa possível de um área geográfica ou organização, permitindo que se tracem objectivos e metas a alcançar em função da informação recolhida. Designado por vezes também como “análise de necessidades, é sempre definido como a identificação dos níveis de não correspondência entre o que está (a situação presente) e o que “deveria estar” (a situação desejada).” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.3).

Pode-se assim afirmar que o diagnóstico consiste na investigação, na análise da natureza ou da causa de um problema, devendo este instrumento do conhecimento incluir no seu estado final a formulação dos resultados dessa análise, bem como a exposição das conclusões ... pelo que pode não se reduzir apenas à constatação e à explicação. Implícita ou explicitamente orienta a decisão, sugere alternativas, leva a novas investigações (UNESCO, 1970).

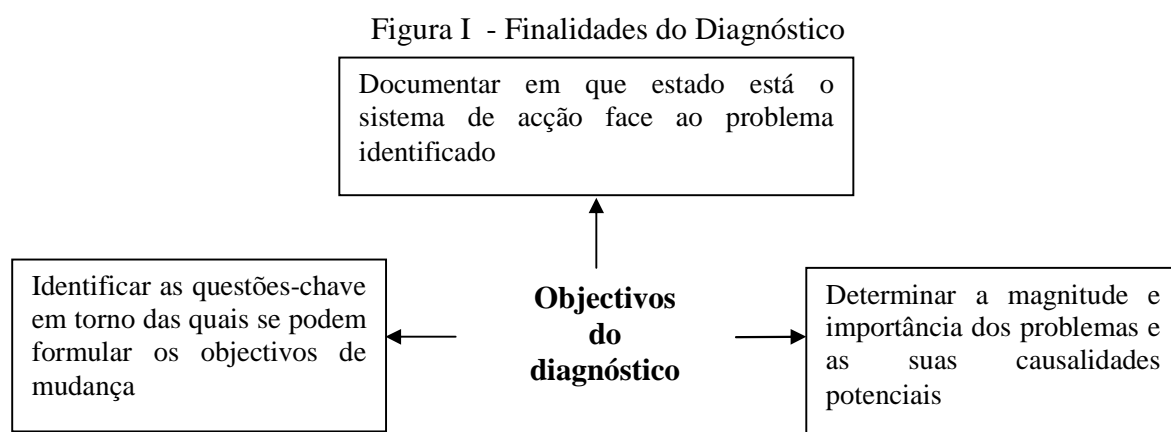
O diagnóstico, pode portanto ser definido “como o aprofundamento das dinâmicas de mudança, potencialidades e obstáculos de uma determinada situação, sendo um processo permanente e sempre participado, pelo que está sempre inacabado. No entanto, vai tendo intensidades diferentes sendo inevitavelmente mais aprofundado –e mais extenso- na fase inicial de lançamento de um projecto e de definição do seu desenho para um horizonte determinado.” (MTS/SEEF, 1999, pp. 6.2-6.3)

Também designado “análise de situação”, o diagnóstico tem assim por objecto seleccionar os tipos de acção mais adequados para modificar circunstâncias previamente caracterizadas, geralmente desfavoráveis. (adaptado de Schiefer, 2000)

Quando nos referimos ao diagnóstico o que está assim em causa será “o conhecimento científico dos fenómenos e a capacidade de definir intervenções que atinjam as causas dos fenómenos e não as suas manifestações aparentes.” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.2).

Como uma das fases da intervenção no âmbito territorial “o diagnóstico pretende definir as possíveis relações causais integrando-as no contexto económico, social, cultural e político local e da região. A sua finalidade é analisar a diversidade das ‘formas’ presentes que afectam as condições de vida dos indivíduos.” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.4). Daí que a par das dimensões quantitativas as dimensões qualitativas sejam igualmente indispensáveis.

Assim, com a elaboração do diagnóstico pretende-se fundamentalmente:



Fonte: (MTS/SEEF, 1999, p. 6.5)

O diagnóstico decorre portanto da constatação de que não é possível formular uma eficaz política de intervenção sem uma prévia recolha de informação adequada, efectuada a partir de fontes de informação diversificadas. Essa recolha incide sobre fontes endógenas e fontes exógenas.

Pode-se assim afirmar que “um bom diagnóstico é o garante da adequabilidade das respostas às necessidades locais, bem como da eficácia de qualquer projecto de intervenção.” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.3),

II - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DIAGNÓSTICO

As principais características do diagnóstico consistem no seu carácter sistémico, interpretativo e prospectivo, pelo que regra geral esta peça da intervenção deve ser suficientemente:

- a) Alargado aos sectores económicos e sociais, por forma a permitir identificar os principais problemas;
- b) Aprofundado, por forma a permitir explicar as causas desses problemas;
- c) Sucinto, por forma a ser facilmente lido e apreendido por todos;
- d) Claro, para ser entendido por elementos da população, por técnicos e políticos
- e) Limitado no tempo / rápido, por forma a evitar morosos trabalhos de recolha, de informação que, pouco aprofundam a análise e originam uma desmobilização de todas as pessoas envolvidas no processo aos vários níveis.
- f) Antecipativo, apresentando as tendências prováveis que os problemas podem seguir num determinado período.

O mesmo é dizer, que a elaboração do diagnóstico “assenta na compreensão do carácter sistémico da realidade (mesmo quando se faz um diagnóstico parcelar) e envolve uma relação de causalidade linear numa primeira fase (identificação de problemas e suas causalidades) sendo mais global e integrado, numa segunda fase, quando o conhecimento das dinâmicas sociais surge de forma mais interactiva.” (MTS/SEEF, 1999, p. 6.4)

III - ETAPAS E TAREFAS REQUERIDAS PARA A REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

As etapas que constituem a elaboração de um diagnóstico são:

- Formulação dos objectivos do diagnóstico;
- Recolha e análise dos dados;
- Identificação / Levantamento dos problemas;
- Identificação das causas dos problemas;
- Determinação das tendências evolutivas dos problemas;
- Identificação das oportunidades e das ameaças;
- Estabelecimento de prioridades.

Para organizar o trabalho de diagnóstico, a 1ª tarefa consiste portanto em definir o(s) problema(s) e ter uma ideia clara dos objectivos e das finalidades do trabalho a realizar. Por outras palavras, tem que se decidir em que medida o diagnóstico ajudará à compreensão e clarificação das preocupações actuais do planificador; por exemplo, no caso da educação: para que serve a determinação do custo por aluno do ensino básico? Ou de que maneira as taxas de abandono serão exploradas? Ou o que se fará quando se souber que as taxas de insucesso apresentam diferenças entre as zonas rurais e urbanas?

Uma vez tomada a decisão sobre qual a informação a incluir no diagnóstico de acordo com o âmbito da intervenção, será necessário proceder à escolha dos métodos e das técnicas a utilizar.

A escolha da fonte de informação constitui assim um elemento essencial da preparação do diagnóstico. Quais os dados que constituirão a matéria prima sobre a qual se irão aplicar os métodos e as técnicas? Onde poderá ser encontrada a informação necessária? São estas interrogações a que se tem de dar resposta.

O último elemento da formulação do diagnóstico será a sua apresentação. Como se apresentarão os resultados de modo a torná-los compreensíveis para os decisores, para planificadores, e para o público? Afinal, um dos objectivos do diagnóstico (participado) é o de difundir e colocar à disposição para debate e melhoria de conhecimentos, os resultados do trabalho realizado. Há assim que enunciar os tópicos sob os quais se irá apresentar esses resultados.

IV - PRESSUPOSTOS SUBJACENTES AO DIAGNÓSTICO

Deverá ainda ter-se em consideração os seguintes 6 pressupostos que devem enformar a realização do diagnóstico, pois este é uma actividade que:

- Assenta na compreensão do carácter sistémico da realidade (totalizante) mesmo quando se faz um diagnóstico parcelar;
- Deve ser multidisciplinar tanto quanto possível;
- Deve ser permanente;
- Envolve uma relação de causalidade na 1ª fase (diagnóstico de situação), e de valor na 2ª fase (identificação e hierarquização de problemas);
- Já é intervenção porque é instrumento de consciencialização dos agentes;
- Deve ser participado para ser completo.

V - ÂMBITO E PERSPECTIVAS DE ANÁLISE A CONSIDERAR NO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico deve abranger a análise do contexto social, económico, cultural e ambiental onde se insere o problema, as potencialidades e os mecanismos de mudança que aí se encontram, assim como as aspirações latentes e expressas pelos vários grupos sociais face ao problema e sua evolução.

Frequentemente a grelha analítica utilizada para cada problemática que se pretende aprofundar considera as potencialidades e as vulnerabilidades, bem como as oportunidades e as ameaças num futuro próximo.

É de toda a conveniência que o diagnóstico seja estabelecido a partir da seguinte tríplice série de perspectivas de análise:

- a) A descrição dos factos e a sua evolução a partir dum inventário social que comporte observações directas e a utilização de dados disponíveis (estatísticas, monografias, etc.);
- b) A apreciação e a interpretação dos factos, o que implica juízos de valor sobre o que é importante ou necessário, positivo ou negativo, satisfatório ou defeituoso;
- c) A explicação dos factos, que consiste em remontar às causas profundas e analisar as incidências e interacções dos diferentes factores postos assim em evidência.

O diagnóstico realiza-se por aproximações sucessivas, a partir de análises cada vez mais finas e de sínteses cada vez mais elaboradas, tanto à escala global como regional e local. No decurso das fases de intervenção, o diagnóstico é revisto, enriquecido e actualizado por resultados de análises complementares efectuadas sobre um determinado aspecto específico: por exemplo numa avaliação intercalar de um projecto ou de um programa poderão ser evidenciados certos factores cuja importância ou mesmo existência, não tinham sido considerados como relevantes numa primeira análise.

Quando se vai proceder à análise da situação social, em ordem à elaboração de um diagnóstico social, há autores que recomendam, que esse diagnóstico proporcione um conjunto de elementos de apreciação necessários para esclarecer as escolhas e guiar a acção. Para tal, porá em evidência

os traços mais significativos da situação e da problemática social, por exemplo de um país, das suas regiões, categorias de população, designadamente:

- a) O nível geral de vida e do desenvolvimento social, as suas principais deficiências, distorções e desigualdades;
- b) As necessidades essenciais da população, mais particularmente as das categorias mais desfavorecidas ou vulneráveis;
- c) Os problemas sociais mais importantes, mais urgentes e mais prementes;
- d) Os factores mais determinantes (demográficos, ecológicos, económicos, psicológicos, culturais e estruturais) que condicionam a situação e a sua evolução e as incidências desses diferentes factores;
- e) O balanço e as principais carências ou deficiências das acções empreendidas nos domínios considerados;
- f) A evolução dos diversos aspectos estudados, as temáticas dominantes e as consequências previsíveis;

Segundo outros autores esta fase do processo de intervenção deve abranger:

- A situação social, económica, cultural e ambiental donde se parte;
- Potencialidades e mecanismos de mudança que aí se encontram;
- Aspirações latentes e expressas pelos vários grupos sociais face ao seu futuro.

Para realização desta fase recomenda-se que sejam tomados em consideração os seguintes oito passos:

1. Estudo teórico e de experiências concretas semelhantes à que se encontra a ser estudada;
2. Caracterização, preferencialmente quantitativa, da situação existente no território e comparação com outros níveis territoriais do mesmo nível e de nível mais vasto;
3. Aprofundamento dos factores que determinam a situação detectada;
4. Análise da evolução e perspectivas futuras da situação e factores causais;
5. Identificação dos actores intervenientes, das suas diferentes perspectivas e potencialidades;
6. Clarificação dos recursos que ajudam ou são obstáculo à resolução dos problemas;

7. Definição das prioridades de intervenção;
8. Elaboração do relatório com os resultados obtidos.

Para realização do diagnóstico poderá utilizar-se um *check list*. Tendo em atenção que grande parte das intervenções ocorrem em territórios como por exemplo conjuntos de concelhos, concelhos, freguesias ou locais, o conhecimento tão exaustivo quanto possível desses territórios é uma base imprescindível para a intervenção. A realização de um estudo prévio que organize, interpretativamente, as várias informações disponíveis é indispensável. Esse estudo prévio –ou pré diagnóstico ou ainda diagnóstico inicial- vai sendo completado à medida que se dispõe de mais indicações. Numa situação como esta o pré diagnóstico (ou diagnóstico inicial) deve:

- Conter informações quantitativas e qualitativas recorrendo a diferentes fontes de informação;
- Fornecer aos actores locais informações (de preferência quantificadas), sobre o estado da situação sobre a qual a intervenção se vai debruçar, mas contextualizadas (tais informações devem ser completadas por interpretações e análises que dão sentido às informações estatísticas e que as salientam);
- Identificar os pontos fortes e os pontos fracos do território sob estudo
- Identificar as oportunidades (de que pode beneficiar) e as ameaças (que podem afectar) esse território;
- Os gráficos, esquemas, cartas são, por vezes, mais fáceis de entender do que texto e números sobretudo se queremos visualizar séries temporais.

São várias as opções sobre a estrutura do diagnóstico que os autores do documento podem adaptar em função das especificidades de cada localidade ou tipo de intervenção (V: Anexo ??).

Quadro V. 1. Tipo de dimensões do diagnóstico a trabalhar por áreas problema:

IDENTIFICAÇÃO DOS ACTUAIS PONTOS FORTES E SUA SUSTENTABILIDADE	IDENTIFICAÇÃO DOS ACTUAIS PONTOS FRACOS E RISCOS DA SUA PERMANÊNCIA
DETECÇÃO DAS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES NUM HORIZONTE DEFINIDO (3/7 ANOS)	DETECÇÃO DAS PRINCIPAIS AMEAÇAS NUM HORIZONTE DEFINIDO (3/7 ANOS)

Fontes: (I. Guerra, 2000, p. 142 e MTS/SEEF, 1999, p. 6.5)

VI - ORGANIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A organização do diagnóstico da situação deve ter em consideração os pontos seguintes:

- *Necessita de uma boa preparação*, pois é oneroso, consumindo tempo, energia e utilizando recursos.
- *Necessita de uma análise sobre a sua pertinência*: na qual remete para as seguintes perguntas: qual é o melhor meio, neste momento, para a recolha de informação? Uma extrapolação de dados anteriores não será suficiente?
- *Os dados colhidos devem ser utilizados exclusivamente para fins de intervenção*: estudar necessidades é diferente de avaliar; a utilização para outros fins e a forma como se colhem os dados podem gerar conflitos.
- *Um estudo de necessidades cria expectativas*: nas populações em geral.
- *Necessita da criação de um grupo de preparação do próprio diagnóstico da situação*: os membros deste grupo devem ser representantes da gestão, de grupos sócio-profissionais, da população..., isto é, integrando e envolvendo a colaboração dos diversos sectores do ambiente interno e externo da instituição. Este aspecto é de importância primordial, na medida em que aumenta a probabilidade de sucesso do projecto, visto que os diversos membros serão posteriormente os facilitadores da sua implementação e execução, quando os contributos forem postos à prática; a sua concepção é enriquecida pelas diferentes perspectivas das pessoas, grupos e organismos aí representados.
- *Indicação de um responsável do projecto*: que assegura a ligação entre administradores e profissionais, quer do grupo, quer da instituição; este responsável será o interlocutor com os líderes formais e informais da população e fará a supervisão do trabalho desenvolvido pelo grupo.
- *As funções do grupo responsável* passam, na sua essência, pela definição, conceptualização e operacionalização dos objectivos do projecto.

VII - ETAPAS FUNDAMENTAIS DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico da situação deve passar pelas quatro seguintes etapas:

- *Identificação dos problemas existentes no seio da população.*
- *Estudo da evolução prognóstica dos problemas*, prevendo as repercussões que eles possam vir a ter em termos de estado da população.
- *Estudo da rede de causalidades dos problemas*, determinando as causas e os factores de risco que condicionam a sua existência, assim como, as inter – relações entre aqueles, tornando possível identificar as áreas causais mais vulneráveis e cuja minimização mais influenciará o estado da população.
- *Determinação das necessidades*, identificando a magnitude da diferença entre o estado actual e o desejado, correspondente ao necessário para solucionar os problemas.

No entanto para que estas etapas do diagnóstico da situação sejam percorridas sem a omissão de aspectos importantes, que conduziriam a erros dificilmente reparáveis, é crucial que o grupo responsável pelo diagnóstico considere as seguintes fases:

- *Estabelecer a pertinência do estudo*, fundamentando a sua necessidade / importância e funções;
- *Determinar os fins do estudo*, mostrar o que se deseja conhecer e as suas respectivas finalidades.
- *Definir a população a estudar*, ...
- *Escolher o tipo de indicadores*, assim sendo, os indicadores mais pertinentes e que melhor respondem ao que se pretende estudar na fase do diagnóstico da situação.
- *Localizar as fontes de informação e seleccionar os métodos a utilizar para a realização do estudo*, desta forma

VIII - FASES³

Para Ulrich Schiefer (2000) reconhecem-se em qualquer tipo de diagnóstico, as quatro seguintes fases:

- Exploratória
- Descritiva
- Explicativa
- Prognóstica

As quais segundo o autor se podem apresentar através do seguinte quadro:

Quadro VIII único - Mapa de identificação de um problema em 4 etapas:

Identificação do problema	Questões a colocar	Meios para lhes responder	Conclusões
Problema 1			
Problema ...			
Problema n			

Fonte: adaptado de U. Schiefer (2000)

Em outras perspectivas, a realização do diagnóstico pode ocorrer ao longo de 2 fases: pré-diagnóstico e diagnóstico integral.

O pré-diagnóstico

O Pré-Diagnóstico é um documento preparatório do Diagnóstico que apresenta os primeiros resultados de levantamento de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Normalmente, resulta das primeiras recolhas efectuadas pelos parceiros e deve privilegiar a discussão participada por todos, apontando áreas prioritárias do conhecimento a aprofundar na fase posterior, do Diagnóstico.⁴

³ Ponto redigido com base no *Guião Prático para a Implementação da Rede Social*, editado pelo Instituto da Segurança Social,

⁴ Fonte: <http://195.245.197.196/left.asp?03.06.10.05>

Consiste numa primeira recolha da informação disponível sobre um território (nomeadamente diagnósticos já elaborados, informações estatísticas, dados oficiais, etc). Nesta fase fundamentalmente recenseia-se e analisa-se a informação já produzida, podendo também proceder-se à recolha selectiva de informação relacionada com o conhecimento dos recursos disponíveis no território. Para esta recolha poderão ser realizados, nomeadamente, fóruns comunitários ou utilizados mini questionários, apenas com a informação essencial por forma a não se despendar muito tempo nesta primeira fase. Neste caso o pré-diagnóstico deverá portanto incluir já alguma análise da informação provocada, apontando algumas pistas que serão posteriormente desenvolvidas aquando da elaboração do diagnóstico integral.

Para Isabel Guerra (2000, pp. 135-6) o pré-diagnóstico tem como objectivos:

- Investigar e organizar a informação já disponível sobre as necessidades e o grupo-alvo;
- Determinar o enfoque principal do diagnóstico e o nível de aprofundamento do programa;
- Construir compromissos entre os parceiros envolvidos, para todas as fases, incluindo o uso e a circulação da informação, o planeamento e a intervenção.

E complementa a autora que com esta fase se pretende:

- Planear o processo e organizar os grupos, definindo as responsabilidades de todas as partes;
- Conduzir uma investigação preliminar sobre a informação que está disponível;
- Identificar a intenção e o enfoque do diagnóstico e clarificar os potenciais utilizadores da investigação;
- Obter aprovação para um pré-programa para as fases 2 e 3, incluindo metas, calendário, orçamento, etc.
- Identificar e lidar com o contexto político e organizacional da instituição que pretende a realização do diagnóstico;
- Construir procedimentos que assegurem a fase 3 (de implementação) em termos de compromisso na gestão e na implementação do plano.

Assim, continua Isabel Guerra

1. Identificar as questões-chave relacionadas com o diagnóstico;

2. Determinar áreas de conhecimento que serão necessárias para cada problemática-chave;
3. Identificar a informação já existente, a sua fonte, a qualidade e o período temporal a que se referem essas informações;
4. Identificar que tipo de informações pode clarificar melhor o conhecimento da situação e identificar as fontes potenciais de recursos da informação e a metodologia para os obter.

Ou seja, e para rematar, através do pré diagnóstico procura-se:

- a) Descrever a intenção e os objectivos da elaboração do diagnóstico. Porque se realiza o diagnóstico? Quem usará os resultados? Qual a amplitude do diagnóstico? É necessário abrir ou fechar o campo de análise?;
- b) Definir o enfoque de análise para o primeiro nível, e se possível para os segundo e terceiro níveis. Quem está a ser analisado?;
- c) Clarificar as informações necessárias, as melhores fontes e métodos;
- d) Definir calendários e responsabilidades para a fase 2;
- e) Descrever os recursos necessários e o orçamento exigido;
- f) Identificar os utilizadores potenciais dos dados e métodos de difusão da informação;
- g) Definir como poderá a fase de diagnóstico ser avaliada face aos objectivos traçados;
- h) Obter a aprovação do plano de diagnóstico.

Posteriormente os dados recolhidos sobre o território poderão ser enquadrados em termos do contexto nacional, regional ou distrital, caso tal seja pertinente.

O produto do pré diagnóstico, consiste num Relatório cuja estrutura poderá ser constituída pelos seguintes tópicos:

I - Capa

II - Resumo

III - Índice

IV - Introdução

V - Metodologia de trabalho

VI - Capítulos por áreas temáticas (com uma síntese por cada capítulo)

VII – Bibliografia

VIII - Anexos

O diagnóstico integral

O diagnóstico integral decorre geralmente ao longo das seguintes fases:

1. Identificação exploratória dos principais problemas;
2. Recolha e/ou produção de informações quantitativas e qualitativas pertinentes de acordo com a prévia identificação dos problemas existentes;
3. Tratamento e análise das informações recolhidas, interpretando o conjunto de problemas identificados e relacionando-os de forma a superar uma análise sectorializada dos mesmos;
4. Definição de prioridades com base em critérios como a dificuldade de resolução, gravidade ou a dimensão dos problemas, etc.

Para cada uma destas fases é necessário definir e seleccionar os métodos e técnicas a utilizar e conceber os instrumentos de recolha de informação para obter os resultados pretendidos.

Técnicas de recolha de informação: i) Observação directa; ii) Análise documental; iii) Entrevistas com interlocutores privilegiados; iv) Focus Group; v) *Workshops* participativos de diagnóstico; vi) Questionários, e vii) Técnicas participativas de visualização

É sugerida a utilização destes métodos de recolha de informação uma vez que: i) Permitem uma alocação racionalizada dos recursos -humanos, materiais e de tempo; ii) Facilitam a participação dos parceiros locais e da comunidade, e iii) Agilizam o processo de recolha de informação, rentabilizando o tempo para a concretização da acção.

O produto do diagnóstico integral, consiste num documento que pode por exemplo incluir os seguintes tópicos:

I - Capa

II- Índice

III- Sumário executivo - conclusões gerais que permitem ter um panorama da situação social do concelho.

IV- Capítulos por problemáticas

IY.I- Breve resumo - síntese de cada capítulo por forma a facilitar a leitura

1Y.2-Apresentação e interpretação da informação recolhida

V - Metodologia -breve descrição da metodologia utilizada e as técnicas para recolha de

informação. Relativamente à participação dos parceiros, pode descrever-se a forma como a participação foi organizada, se houve recurso a uma equipa externa e como é que esta se articulou com o CLAS/CSF.

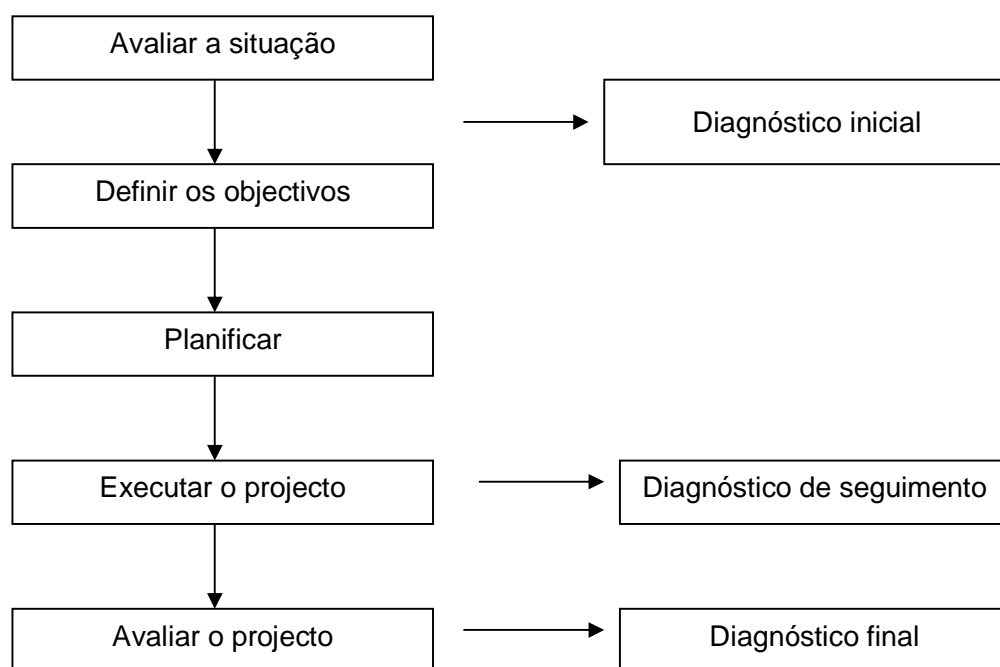
VI - Anexos - possibilidade de incluir toda a informação complementar como gráficos, tabelas, instrumentos de recolha de informação, guiões, etc.

VII- Bibliografia - fontes documentais consultadas, livros, diagnósticos, relatórios, planos, documentos oficiais, etc.

IX - TIPOS DE DIAGNÓSTICO

Para Schiefer (2000) são 3 os tipos de diagnóstico susceptíveis de serem accionados durante um processo de intervenção, e como se pode ver na figura seguinte, cada um desses tipos de diagnóstico (de situação) corresponde a necessidades específicas das várias fases de planeamento:

Figura IX.1. – Fases do processo de intervenção



Fonte: Schiefer (2000)

O referido autor defende que a cada um dos tipos de diagnóstico é inerente as características descritas nos parágrafos que seguem:

Diagnóstico inicial

Tem por finalidade conhecer a situação de partida, e incide sobre os problemas, as potencialidades, as soluções possíveis, os constrangimentos, etc. É com base neste diagnóstico que são traçados os objectivos duma intervenção. A elaboração desse tipo de diagnóstico aconselha a consulta de documentação disponível, geralmente sob a forma de outros diagnósticos

já realizados (devendo esses trabalhos de pesquisa proporcionar indicadores, dados e informações sobre a zona de intervenção - nacional, regional, sectorial/local- e regra geral também sobre as envolventes dessa zona).

Diagnóstico contínuo (de seguimento ou de acompanhamento)

Destina-se a conhecer como vai evoluindo a situação: se há novos problemas, quais os resultados já alcançados, como têm evoluído os trabalhos. Para o autor que estamos a seguir, o diagnóstico de seguimento pode ser de dois tipos.

Operacional = eficiência, proporciona informação sobre o andamento das actividades, se elas são realizadas e de que maneira, etc.

Seguimento de resultados = eficácia, proporciona informação sobre as mudanças que ocorrem durante o projecto, através das actividades desenvolvidas. O diagnóstico de seguimento é realizado com base nos indicadores definidos pelo diagnóstico inicial. Assim, caso os objectivos sejam rectificados, os indicadores também devem também ser rectificados e adaptados aos novos objectivos.

Diagnóstico final (de avaliação)

Tem como escopo a avaliação final do projecto e desempenha uma tríplice função.

Primeira: avaliar o impacto do projecto com base nos resultados alcançados;

Segunda: avaliar a forma ou maneira como foi desenvolvido o trabalho, tendo por base a análise das actividades realizadas;

Terceira: proporcionar pistas, indicadores e objectivos para o desenho de uma nova intervenção

O autor defende que qualquer um destes tipos de diagnóstico inclui as quatro seguintes fases: i) Exploratória; ii) Descritiva; iii) Explicativa, e iv) Prognóstica, conforme se ilustra no quadro que consta abaixo.

Quadro IX.1. - Mapa de abordagem de um problema em 4 etapas

Identificação Do problema	Questões a colocar	Meios para lhes responder	Conclusões
P1			
P2			

Fonte: Schiefer (2000)

A informação a obter para que sejam ultrapassadas com êxito estas etapas é recolhida através de diversas técnicas (análise de informação estatística disponível, recolha da opinião de membros duma comunidade) que vão ser abordadas no próximo ponto, conseguindo-se assim com esses procedimentos realizar um diagnóstico que permita:

Compreender os objectivos, os meios e as limitações das comunidades envolvidas nos projectos;

Conhecer o meio e o contexto em que actuam essas mesmas comunidades.

X - MÉTODOS E TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

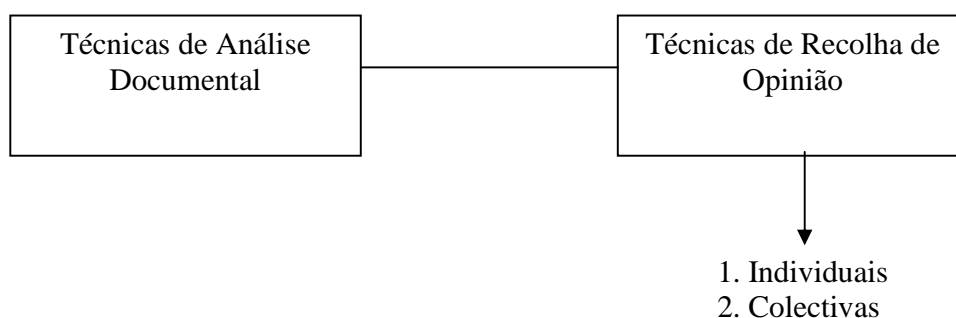
Existe uma panóplia de métodos e técnicas accionáveis para se proceder à elaboração do pré-diagnóstico inicial e do diagnóstico aprofundado, quer as mais participativas, quer as menos ou não participativas.

A escolha dos métodos e técnicas a utilizar na fase de diagnóstico será efectuada em função do contexto em que se realiza o diagnóstico, das características do(s) grupo(s)-alvo, do tempo previsto, dos recursos financeiros e humanos disponíveis, da experiência da equipa, etc.

Pode-se recorrer a métodos clássicos – inquéritos (entrevistas, questionários), etc. ou a um leque alargado de técnicas de recolha de informação e de decisão a adaptar nesta fase. A escolha de técnicas a utilizar, tal como se mencionou, depende do contexto em que se realiza o diagnóstico, das características do(s) grupo(s)-alvo e do grupo alvo ou grupo cliente, do tempo e verbas disponíveis, etc. A experiência mostra que é sempre preferível utilizar métodos e técnicas que possibilitem articular pesquisa e acção. Deve-se efectuar, também, a distinção e simultaneamente uma boa combinação entre a informação (geralmente disponível) trabalhada pelos técnicos e especialistas, e a informação provocada obtida junto de decisores ou elementos da população, inquiridos estes que se pronunciam tendo por base os seus contactos e experiências.

De forma simplista podemos dividir essas técnicas como segue:

Figura X.1. – Símula de técnicas utilizadas no Diagnóstico



Fonte: (MTS/SEEF, 1999, p. 6.18)

No que se refere às técnicas consideradas mais clássicas (documentais ou não documentais), estas requerem geralmente uma análise de estudos já realizados, recolha de informação estatística variada, e entrevistas a informadores privilegiados.

Os procedimentos para recolha de opiniões da população e/ou de informantes-chave, são frequentemente seleccionados por uma equipa constituída para realizar o diagnóstico, integrada por técnicos, e por vezes também por representantes da população-alvo (pelo menos em determinados momentos). Neste caso, os representantes da população, podem funcionar como um *fórum* de consulta dos técnicos, ou contribuir como animadores de sessões a organizar com segmentos da população.

Segundo U. Schiffer (2000) os meios utilizados para recolher a informação podem consistir em:

- Observação directa, no terreno, realizada pelos membros da equipa;
- Análise da documentação disponível, nomeadamente a que proporciona dados primários (geralmente publicações estatísticas) e a que proporciona dados secundários, disponível em publicações relevantes;
- Entrevistas, que ajudam a avaliar qualitativamente a informação recolhida;
- Questionários, servem para verificar as ideias, as impressões, as hipóteses;
- Acções participativas, para identificar as necessidades com as pessoas, qualquer que seja a pressão.

No quadro abaixo sintetizam-se três tipos de formas colectivas de recolha de informações para o diagnóstico: o fórum comunitário, o grupo técnico nominal e as entrevistas colectivas. Estas metodologias são geralmente mais dinâmicas e participativas do que a recolha individual por meio de questionários. (MTS/SEEF, 1999, p. 6.7)

Quadro X.1. - Tipos de formatos colectivos de recolha de informações para o diagnóstico

Elementos chave	Fórum comunitário	Grupo Técnico Nominal	Entrevista Colectiva
Estrutura geral	Grande grupo (podem ser utilizadas várias técnicas)	Técnica de pequenos grupos com intervenções limitadas	Entrevista a pequenos grupos com um grupo restrito de questionamentos
Utilização na realização do diagnóstico ou de Avaliação de Necessidades	Obter ideias face a várias dimensões do diagnóstico e análise de necessidades	Generalização e estabelecimento das prioridades relativas às necessidades e problemas	Obter precepções e pontos de vista (não necessariamente consensos) face às questões-chave
Dimensão aproximada do grupo	50 ou menos	10 ou menos	8 a 12
Preocupações face à representatividade	Heterogeneidade, mas são possíveis variações	Heterogeneidade, mas são possíveis variações (não misturar chefias e subordinados)	Geralmente homogêneo e de acordo com a área problemática
Resultados	Ideias, percepções, folhas de trabalho, votações dependendo do processo e técnica utilizada	Lista de ideias e de perspectivas por ordem de prioridade	Perspectivas individuais e do grupo em determinada área ou temática
Vantagens	Discussões face a face, confronto de pontos de vista, demonstra o interesse da comunidade	Produção de muitas ideias, discussão e estabelecimento de prioridades, possibilidades limitadas de ser dominado por uma pessoa	Perspectiva da forma como as questões-chave são entendidas. Os temas podem ser aprofundados
Desvantagens	É necessário muito trabalho para o organizar; pode haver dominação por uma ou duas pessoas; pode haver conflitos entre o grupo que se agravam	As ideias são produzidas repentinamente e não num processo mais reflectido no tempo; limitada capacidade para generalizar para além da experiência de grupo	Requer um investigador com experiência e mais do que um grupo de entrevistados para ter resultados fiáveis

Fonte: (MTS/SEEF, 1999, p. 6.8)

Por outro lado a análise causal, que deve ser realizada na fase de diagnóstico requer a aplicação de técnicas específicas, algumas de muito fácil utilização e aprendizagem pelo investigador-interventor. A diversidade das técnicas disponíveis para efectuar o levantamento das causas dos problemas, estabelecer prioridades, e alcançar outros resultados, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro X.2. - Técnicas disponíveis para efectuar o levantamento das causas dos problemas

Fontes	Descrição	Informação produzida
DOCUMENTAIS Ficheiros Indicadores sociais Dados demográficos Dados censitários Estudos realizados no local Informações retiradas de outros diagnósticos	Informações existentes geralmente nos serviços oficiais: alguns são de ordem estatística outras podem ser informações qualitativas	Quantitativa e Qualitativa, permitindo determinar o estado da situação de determinado grupo face a determinada necessidade; pode ainda fornecer informações sobre a causalidade dos problemas
COMUNICAÇÃO <u>Não interactiva</u> -Questionários escritos -Entrevistas a interlocutores privilegiados -Análise de incidentes críticos -Questionário Delphi pelo correio <u>Interactiva</u> -reuniões públicas -fóruns comunitários -técnicas de Grupo Nominal -entrevistas de grupos focados -processo DACUM Elaboração de cenários Analítica/Causalidades -espinha de peixe -análise de causas e consequências -mapas de sucesso -análise da árvore (FTA) -avaliação de riscos -análise de percursos -análise de impactos cruzados -análise de campos de força	<p>Estas técnicas utilizam uma grande diversidade de escalas e modos de resposta</p> <p>Estas técnicas envolvem grupos grandes ou pequenos e com diferentes graus de interacção</p> <p>Estas técnicas específicas utilizam diversos procedimentos de técnicas de grupo, aplicam técnicas analíticas, produzem resultados em gráficos para facilitar as decisões nas diversas etapas de análise de necessidades</p>	<p>Quase sempre informação qualitativa-valores, percepções, opiniões, julgamentos sobre a importância dos problemas</p> <p>Sobretudo, qualitativa: opiniões e aspirações de peritos. Percepções dos grupos e expectativas. Consensos sobre objectivos e procedimento da acção. Informação sobre as causalidades. Decisão sobre as prioridades. Factores de causalidade e predisposição. Consequências, se a necessidade não for satisfeita. A informação pode ser articulada com outras para estabelecer prioridades e critérios de intervenção. (A FTA pode ser usada para previsão). Os mapas de sucesso e FTA podem ser utilizados no plano de avaliação do processo de diagnóstico</p>

Fonte: (MTS/SEEF, 1999, p. 6.10)

Por sua vez Wates (2000), propõe as seguintes técnicas para recolha de informação no âmbito do diagnóstico: i) Iniciativa de Planeamento-Acção; ii) Forum de Planeamento Comunitário; iii) Perfil da Comunidade; iv) Conferência de Análise do Futuro; v) Concurso de Ideias; vi) Oficina

de Micro-Planeamento; vii) Dia de Planeamento; viii) Fim de Semana de Planeamento; ix) Sessão de Processo de Planeamento, e x) Viagem de Reconhecimento.

Estas técnicas são descritas nas linhas seguintes⁵.

1. Iniciativa de Planeamento-Acção

Descrição

Pode ser um “Workshop de Planeamento”, um “Fim de Semana de Planeamento”, um “Forum de Planeamento Comunitário”. Iniciativa planeada e estruturada por um conjunto de parceiros.

Condições

Requisitos / Condições

É preciso pensar no local, na publicidade, no equipamento e material de apoio

É preciso contar com um facilitador ou equipa de facilitadores

É preciso trabalho de seguimento, para assegurar que as propostas/resultados passam para a acção

É preciso fazer o orçamento

2. Forum de Planeamento Comunitário

Descrição

Iniciativa aberta, multiobjectivos, que dura várias horas. Devem ser consideradas 3 fases centrais, ligadas com a recolha de informação, a geração de ideias e a criação de interacções entre grupos de interesse.

Requisitos / Condições

São particularmente úteis no início de processos participados

Podem ser organizados por um dos parceiros ou por vários

O formato deve incluir exposições interactivas, forum aberto e troca informal de ideias

É preciso fazer folheto de convocatória, distribuí-lo bem, ter um bom local e facilitadores

É importante manter uma atmosfera informal

3. Perfil da Comunidade

Descrição

Trata-se de fazer uma boa fotografia da natureza, necessidades e recursos da comunidade, com

⁵ Conforme apontamentos cedidos pelo Prof. Artur Fernando Arede Correia Cristovão, da UTAD, nas aulas do Mestrado em Sociologia da Universidade de Évora no ano lectivo 2000-2001.

a participação activa da mesma. É um bom passo inicial no processo de planeamento.

Requisitos / Condições

Podem usar-se várias técnicas (perfil histórico, análise da qualidade de vida familiar, passeio informal, mapas, árvore de problemas, entrevistas semi-estruturadas, levantamento de capacidades, perfil de relações externas, ...)

Devem combinar-se actividades/interacções de grupo com recolha de dados e apresentações

Dar destaque a métodos de visualização que despertem o interesse e tornem o processo acessível a iletrados

Tornar os resultados públicos, usando as palavras, desenhos e outros elementos preparados pelos membros da comunidade

É preciso uma boa equipa de facilitadores

Ter atenção a grupos tendencialmente sub-representados

4. Conferência de Análise do Futuro

Descrição

É um evento bem estruturado com duração mínima de 2,5 dias, que envolve os actores da comunidade na construção de uma visão partilhada para o futuro.

Requisitos / Condições

Envolver o mais amplo leque de grupos de interesse, num máximo de 64 participantes Considerar 5 passos/fases: (1) rever o passado; (2) explorar o presente; (3) criar futuros ideais, (4) definir visão comum; e (5) fazer planos de acção Realizar actividade em grande e pequenos grupos (8x8)

Registar resultados em folhas grandes a colocar na parede

5. Concurso de Ideias

Descrição

Bom processo para estimular o pensamento criativo e gerar interesse e um clima favorável. Pode ser aberto à comunidade ou só a profissionais.

Requisitos / Condições

Boa técnica para começar o processo Produzir cartaz e folheto com informação precisa

A apreciação pode ser feita por um painel ou por voto generalizado

As ideias vencedoras devem ser bem divulgadas

Exemplo de sequência:

- Preparação
- Divulgação
- Lançamento público
- Recepção das propostas
- Abertura de propostas e triagem
- Anúncio de resultados e exibição pública
- Publicação de resultados finais

6. Oficina de Micro-Planeamento

Descrição

Iniciativa de planeamento-acção para realizar planos. Baseada em “workshps” regulares e intensivos (2,5 dias) que requerem um mínimo de preparação, materiais e formação.

Requisitos / Condições

Envolver 8-12 representantes do território e uma pequena equipa de facilitadores

Considerar os seguintes passos:

(1) identificação de problemas; (2) identificação de opções estratégicas; (3) fazer planos de acção; (4) dividir tarefas; e (5) acompanhar e avaliar

Fazer registo de todas as conclusões em folhas grandes

Repetir anualmente para acompanhar progressos e planear próximas etapas

Fazer oficinas em locais públicos da comunidade

7. Dia de Planeamento

Descrição

Boa maneira de por os parceiros chave a trabalhar juntos criativamente na definição de opções de desenvolvimento para um território.

Requisitos / Condições

Convidar representantes de todos os grupos e interesses da comunidade (40 a 80 pessoas)

Enviar pacote informativo a todos sobre a comunidade e a acção

Usar métodos activos que estimulem a criatividade

Recorrer a facilitadores externos (imagem de independência)

Fazer e divulgar sumário de resultados

8. Fim de Semana de Planeamento

Descrição

Forma de gerar dinâmica de mudança e de envolver todos os parceiros na produção de plano de acção para um território.

Requisitos / Condições

Envolve um programa intensivo, bem estruturado de actividades

As principais sessões são abertas ao público

A acção é facilitada por equipa multidisciplinar (locais e externos)

O resultado é um conjunto de propostas que deverão ser apresentadas publicamente no final do último dia e colocadas no papel ou em *posters*

Considerar um mínimo de 4-6 meses de preparação por equipa

É essencial um compromisso local para a acção posterior

9. Sessão de Processo de Planeamento

Descrição

Iniciativa que permite o trabalho conjunto para delinear as formas mais ajustadas de participação da comunidade. Boa para começo de processo e para realizar em intervalos periódicos.

Requisitos / Condições

Convidar os principais actores locais Apresentar as principais opções e definir o processo a seguir localmente

Seguir formato de *workshop* e usar técnicas activas

Realizar sessões periodicamente para rever os resultados e afinar processo

Criar clima informal

Usar audiovisuais (casos)

Convidar perito para expor alternativas

10. Viagem de Reconhecimento

Descrição

Iniciativa que implica a visita / "inspecção" do território por equipas mistas de locais e peritos. É uma forma de familiarizar todos com o ambiente local, no início do processo de planeamento e de rever progressos regularmente.

Requisitos / Condições

Deve-se definir antecipadamente um roteiro e forma de realizar o percurso (tipo de transporte)

Há que indicar um líder para cada percurso

Assegurar que se tomam notas, tiram-se fotos, fazem-se esquemas .. e se fala informalmente

No final, é de toda a conveniência realizar uma reunião para compilar observações e anotações

Ao longo do processo deve-se envolver os meios de comunicação locais

Como é sabido, o problema da causalidade em ciências sociais reveste-se de grande complexidade e, se numa pesquisa académica, é possível efectuar algumas simulações, já na realização do diagnóstico não é muita vezes aconselhável 'isolar' variáveis, pois está-se a concretizar uma análise a que se seguirá a intervenção sobre uma realidade multi-facetada.

Assim, a análise das causalidades dos fenómenos, deverá assentar em hipóteses explicativas recolhidas junto de peritos, decisores ou membros da população bem informados, e neste âmbito são utilizadas geralmente técnicas que exigem grande intensidade de trabalho, e quase sempre incidem na recolha de 'subjectividades' sobre o problema. Para ser mais fiável, a análise de causalidades deverá ser confrontada com resultados obtidos mediante a utilização de várias técnicas e, sobretudo, com os resultados da reflexão que vai tendo lugar a partir dessas hipóteses. Como tal, as hipóteses sobre as causalidades são susceptíveis de serem reformuladas devido ao confronto com a experiência e conhecimentos suscitados pelo contacto com a realidade e com informantes chave.

Para concretização desta fase pode recorrer-se a encontros de pré-diagnóstico. Nestes encontros recorre-se a metodologias activas que requerem contributos de todos os participantes. Recomenda-

se que cada encontro ocupe até 3 horas, e que o número de participantes oscile entre 12 a 15, podendo este pré-diagnóstico decorrer ao longo das seguintes sessões:

Primeira sessão de pré-diagnóstico

Os procedimentos a seguir após se ter efectuado o levantamento dos potenciais interessados na intervenção, consistem em convocá-los, informando-os previamente sobre a ordem de trabalhos e o processo adoptado para elaboração do diagnóstico;

Uma vez em presença, o animador recapitula os objectivos da sessão de pré-diagnóstico e a apresenta o método de trabalho, solicitando a colaboração dos participantes;

Posteriormente o grupo é dividido em sub-grupos (por exemplo de 4/5 pessoas), sugerindo o animador que, numa folha de papel, os membros de cada sub-grupo identifiquem as principais necessidades/preocupações do território ou unidade em estudo a que a intervenção deverá dar resposta;

O grupo reúne-se então novamente, sendo as listagens entregues ao animador que vai escrevendo num quadro as necessidades identificadas, pontuando-se o número de vezes que são referidas por cada sub-grupo. Procede-se à discussão sobre as principais dificuldades (e respectivas causas) com que o território se depara.

Seguidamente dividem-se as necessidades/problemas detectados pelos vários sub-grupos, ficando cada um deles encarregue de tratar 1 ou 2 problemas, e estimula-se a discussão sobre o conhecimento que é necessário procurar para aprofundar a gravidade do problema identificado, as pessoas que são afectadas, os recursos existentes para lidar com o problema, etc. O animador sugere a grelha indicada abaixo para recolha de mais informações. De acordo com essa grelha cada participante deve comprometer-se a trazer para a 2ª sessão informação sobre os indicadores mais importantes.

XI - LISTA DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS NA FASE DE PRÉ-DIAGNÓSTICO

Poderá adoptar-se como ponto de partida a grelha que se apresenta seguidamente.

OBJECTIVO:

NECESSIDADE /
/ PROBLEMA:

O que já conhecemos		Informações a Recolher	
Factos:	Listagem do que conhecemos:	Factos:	Fontes:
		Opiniões:	Fontes:

Fonte: (MTS/SEEF, 1999, p. 6.12)

Para uma recolha mais completa de informação, podem ser acrescentadas colunas para saber quem será responsável ou a data a que se devem referir os dados. O número e a informação a incluir nas colunas a acrescentar devem ser discutidas e aprovados por todos os grupos, de modo a evitar desequilíbrios na análise dos problemas. Caberá ao coordenador recolher as propostas de alteração e dar-lhe o andamento necessário para que tenham o aproveitamento possível.

Nesta fase poder-se-á também recorrer a uma grelha para identificação de problemas, cuja matriz poderá ser adaptada da seguinte proposta:

Quadro XI. 1. – Grelha utilizada para identificação do problema

PROBLEMATIZAÇÃO			IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO-ALVO		
PROBLEMA	CAUSAS PROVÁVEIS	POTENCIALIDADES PRESENTES NA SITUAÇÃO (RECURSOS)	GRUPOS MAIS AFECTADOS PELO PROBLEMA	DADOS QUE TRADUZEM A GRAVIDADE DO PROBLEMA	PRIORIDADES A ADOPTAR PARA RESOLUÇÃO DO PROBLEMA

Fonte: (MTS/SEEF, 1999, p. 6.20)

Seguidamente apresenta-se uma outra proposta para sistematização do trabalho que cada grupo apresentará nesta fase de pré-diagnóstico, proposta essa que inclui os seguintes tópicos:

- Identificação do trabalho realizado (capa, onde deve constar o nome do projecto, o título do trabalho, o nome dos membros do grupo de trabalho, a localidade onde o trabalho é realizado, e a data da respectiva realização)
- Introdução
- Propostas do grupo
- Conclusões

A proposta do grupo poderá ser apresentada através da seguinte grelha

NECESSIDADE / PROBLEMA IDENTIFICADO: _____

GRAU DE GRAVIDADE ATRIBUÍDO AO PROBLEMA PELO GRUPO: _____

[numa escala de -5 (dos mais graves) a -1 (dos menos graves)]

CONSEQUÊNCIAS		CAUSAS			SOLUÇÕES	
Tipo	População afectada	Causas próximas (causas de 1º nível)	Causas das causas de 1º nível (causas de 2º nível)	Causas das causas de 2º nível (causas de 3º nível)	Por ordem de dificuldade	Parcerias exigidas

Posteriormente, em data estabelecida pelo grupo terá então lugar a segunda sessão de Pré-diagnóstico.

No período entre as 2 sessões todos estão ocupados: recolhem informações (tal pode implicar mini-reuniões com terceiros) e organizam a informação. O animador envia uma acta-síntese da sessão 1, relembrando a distribuição de tarefas e a agenda da reunião 2.

Nesta sessão 2 os procedimentos podem consistir na partilha por cada um da informação recolhida; Cabe ao animador sintetizar nos quadros os principais indicadores (quantitativos e qualitativos) fornecidos pelos presentes.

O grupo clarifica os principais problemas/necessidades sobre as quais o projecto irá incidir e divide-se em sub-grupos (cada um com 1 ou 2 desses problemas devendo traçar no máximo 3 objectivos centrais e 3 acções que considere inovadoras nesse campo). Deve escrever-se em folhas

de papel colorido com marcadores. Sendo uma folha separada para cada objectivo (cor verde, por exemplo) e uma folha separada para cada acção inovadora (cor azul);

O grande grupo discute os resultados. O animador coloca as folhas com objectivos e acções inovadoras (coladas com cola ou fita adesiva) no quadro anterior de síntese à frente dos problemas seleccionados –ou num novo quadro onde assinalou os problemas/necessidades detectadas enquanto os sub-grupos trabalharam;

Pode ainda proceder-se à votação dos principais objectivos ou principais acções inovadoras. A votação pode ser de braço no ar ou através de etiquetas autocolantes de cor (são distribuídas 3 a cada um dos participantes e estes devem ‘votar’ colocando-as à frente da acção que consideram mais inovadora, podendo colocar os três autocolantes na acção que consideram mais inovadora ou distribuí-los como entenderem) (MTS/SEEF, 1999, p. 6.13)

É partilhada a informação resultante da votação e são clarificados os objectivos das fases seguintes.

No processo de constituição da Rede Social é referido que “o pré-diagnóstico deverá conter já alguma análise da informação recolhida, apontando algumas pistas que serão posteriormente desenvolvidas aquando da elaboração do diagnóstico social”, sugerindo-se que para esta fase a utilização da grelha de recolha de informação, que é apresentado abaixo. No entanto, é importante referir que outra informação que não apenas a referente às áreas temáticas, pode ser recolhida, por exemplo, relativamente a grupos específicos ou zonas de exclusão.

É ainda referido que essa “grelha é um instrumento que permite organizar a recolha de informação que servirá de base à elaboração do documento de pré-diagnóstico e responsabilizar, de uma forma estruturada, os parceiros envolvidos nesta recolha, respeitando um determinado formato e garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos.”

Quadro XI. 2. – Grelha Auxiliar para Recolha de Informação

Área Temática	Indicador	Fonte	Técnica de Recolha	Responsável pela recolha	Formato da informação	Data limite da recolha da informação	Observações
Área A	Indicador 1						
	Indicador 2						
	Indicador 3						
Área B	Indicador 4						
	Indicador 5						
Área C	...						
	Indicador n						

Para a identificação dos problemas poderá recorrer-se a uma grelha como a que consta abaixo.

Quadro XI. 3. – Identificação dos problemas

Problemas	Causas Prováveis dos problemas	Dados que traduzem a gravidade da situação	Grupos mais afectados	Recursos disponíveis	Prioridades

A identificação de problemas é abordada em várias fontes.

De entre os autores referenciados poderá salientar-se os seguintes:

Para além destes refira-se algumas fontes cujo autor não é explicitado⁶

⁶ ver nomeadamente: http://2009.campinas.sp.gov.br/rh/uploads/egds_material/txt_apoio_metd_diag_situacoes.pdf

XII - ACTORES INTERVENIENTES NA FASE DE DIAGNÓSTICO

A participação (directa e/ou indirecta) dos diversos actores em qualquer projecto é hoje incontornável. São já vários os exemplos de fracassos de projectos de índole tecnocrático que não consideraram a importância do envolvimento dos actores locais. A razão é evidente e óbvia –a mudança só acontece quando aqueles a quem diz respeito decidem mudar.

A noção de actor deve ser entendida aqui em sentido lato, englobando todos os que –directa ou indirectamente- desempenham ou podem desempenhar um papel mais ou menos activo nos processos de mudança: pelo que se inclui aqui a população em geral e as colectividades organismos em particular.

Assim é de considerar como potenciais participantes todos os actores susceptíveis de intervir num processo de mudança, clarificando o seu papel, expectativas, meios, relações (formais e informais), lideranças, redes de comunicação, etc.

Para além de se efectuar o levantamento desses actores é ainda imprescindível conhecer pormenorizadamente cada um dos actores colectivos / instituições / organismos.

Para o efeito pode-se organizar uma ficha por actor colectivo onde constem os seguintes elementos:

- Nome da instituição/actor e contacto

- Objectivos da instituição/actor

- Campo de intervenção

 - Zona geográfica

 - Sectores de actividade e bens ou serviços que oferece

 - Público-alvo

- Meios de intervenção: humanos, materiais, financeiros

- Relação com outras instituições / actores

- Resumo das acções desencadeadas e resultados

- Estratégias a curto, médio e longo prazo

- Problemas enfrentados

A cada um desses actores deve ser aplicada um inquérito com a finalidade de melhor o conhecer e de se dar a conhecer. Este procedimento possibilita a recolha de elementos para o diagnóstico e conhecer o posicionamento sobre a intervenção.

Exemplo de inquérito a aplicar aos actores na fase de recolha de informação:

Clarificação dos aspectos anteriores da Ficha de Actores;

Apreciação do desenvolvimento do território ou problema que a intervenção irá abordar, incluindo a identificação dos principais problemas e potencialidades;

Apreciação das sinergias existentes;

Expectativas face à intervenção; objectivos que proporia;

Disponibilidade para participar na intervenção

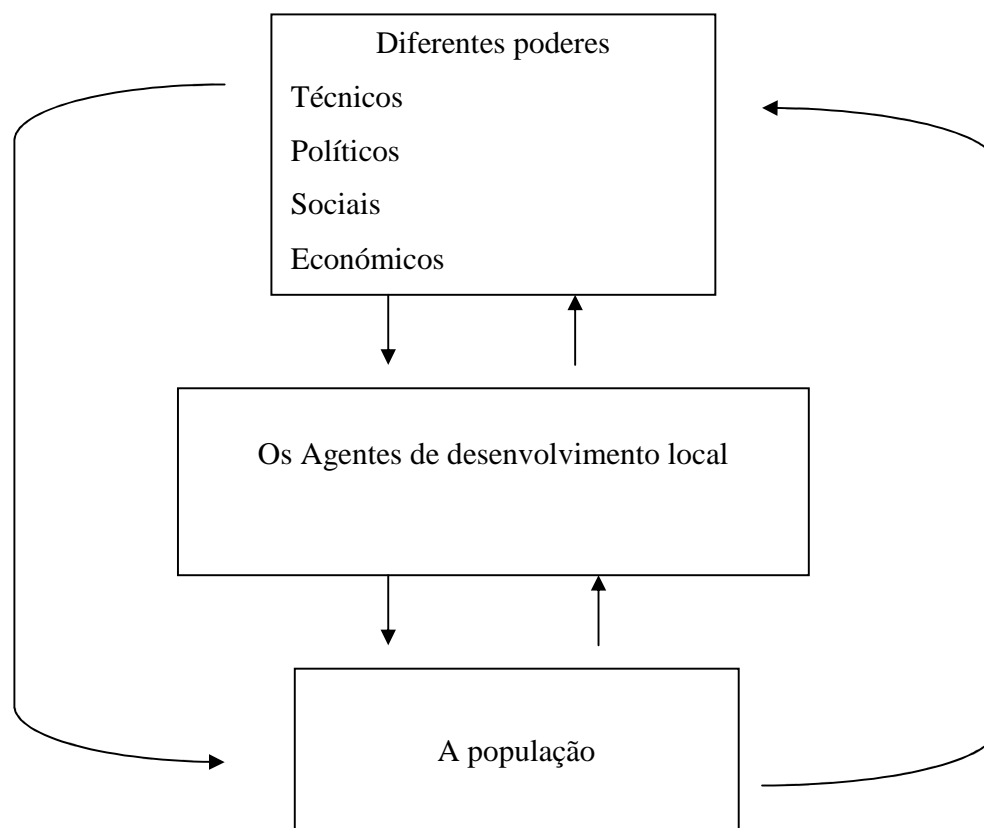
É também importante proceder a uma análise das redes de actores. A análise de redes pretende identificar as estratégias e os meios de acção concretos para promover a mudança seja em que sector for a intervenção. A Datar (França) propõe um modelo de análise da dinâmica de actores em que identifica nove grupos de estruturas formais e onde é possível analisar o contributo positivo (sinergias) ou negativos (bloqueamentos) que pode trazer ao projecto de intervenção. O esquema permite ainda verificar a ausência de algumas estruturas de actores

Essa proposta permite elaborar um sociograma de actores-chave e da sua relação entre si. (MTS/SEEF, 1999, p. 6.17)

Ao longo do processo de intervenção, diversos actores participam, desempenhando alguns papéis mais activos e de iniciativa recorrente, e outros papéis menos activos e de participação limitada, sendo esses actores os seguintes: i) A população (organizada ou não); ii) As instituições técnicas; iii) As entidades e instituições políticas e a Administração Local e Regional; iv) A Igreja; v) (O)s clube(s) / colectividades desportivas e/ou recreativas; vi) Os vizinhos; Os amigos; Os inimigos, e viii) Associações sem Fins Lucrativos, nomeadamente Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), e Associações de Desenvolvimento Local (ADL)

No esquema que se segue apresenta-se os conjuntos desses intervenientes e dos poderes que se perfilam durante o processo de intervenção:

Figura XII única – Intervenientes na fase do diagnóstico



No processo de intervenção em geral, e na fase de diagnóstico em particular, a interação entre estes actores terá de se traduzir na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida da população em geral o que exige de todos uma postura que permita: OUSAR A MUDANÇA; NEGOCIAR ESSA MUDANÇA; ALARGAR AS ÁREAS DE CONSENSO E DE DIÁLOGO

BIBLIOGRAFIA

Fundamental

Com autor referenciado

AGUILAR IDÁÑEZ, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel (2007), *Diagnóstico social: conceitos e metodologias*, 3ª ed. Revista e ampliada, Porto, Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

BARRY, B.W. (1997). *Strategic Planning Workbook for Non-profit Organizations* (Rev. and Updated). Saint Paul, Minnesota: Amherst H. Wilder Foundation.

BATISTA, Myrian Veras (1979), *Planejamento - Introdução à Metodologia do Planejamento Social*, 3ª edição, São Paulo, Correia e Moraes

FLORES, João Carlos B. Nogueira. (s/d). *Metodologia para a fase de diagnóstico em planeamento de recursos hídricos*, s.l., s.e.

GUERRA, Isabel Carvalho (2000), *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia da Acção: O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia

MTS / SEEF (1999a), *Metodologia de Avaliação de Intervenções Sociais*, Lisboa, IEF/IGFSS

MTS / SEEF (1999b), *Diagnóstico Social*, Lisboa, IEF/IGFSS

NETO, Alberto Bracagioli et al. (2010). *Planejamento e Gestão de Projetos de Desenvolvimento Rural*, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
<http://www6.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad013.pdf>

SANTANDREU, Alain. (s/d). *Diagnóstico Visual Rápido Uma metodologia rápida, de baixo custo e participativa de diagnóstico em Agricultura Urbana*, IPES / PGU - ALC / UN - HABITAT

SCHIEFER, Ulrich (coord.) (2000), *MAPA - Método Aplicado de Planeamento e Avaliação - Manual de Planeamento de Projectos*, Mem Martins, Editorial do Ministério da Educação

SIMÕES, Maria João et al. (2008). “Desafios para os diagnósticos sociais: aprofundamento e reconfiguração”, *VI Congresso Português de Sociologia*, 25 a 28 de Junho

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. (2009). “A utilização de metodologias de diagnóstico e planeamento participativo em assentamentos rurais: O Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP)”, *EM EXTENSÃO*, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, jan./jul.

http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/28781_3812.PDF

WATES, N. (2000), *The Community Planning Handbook*, London, Earthscan

Sem autor referenciado

Mapa (Manual de Planeamento) - Capítulo 3 - Técnicas de Diagnóstico

Metodologia de Projecto – Tema Diagnóstico / Acção de Promoção e Educação para a Saúde/
Escolas Promotoras de Saúde

Complementar

ZIONI, Fabiola. (2004). “Diagnóstico participativo e intervenção social: Uma experiência de combate à pobreza e exclusão em meio rural”, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Exclusões*, Braga, 12 - 15 de Maio